



Trabalho e Consciência de Classe:

A História de Dona Maria e Dona Antônia na Luta pela Terra.

Fabiana de Andrade Campos¹

“Não, moça! Mas aquilo é uma coisa que fica escrito na mente da gente que não apaga mais não. Pra apagar é muito difícil, a gente pode esquecer de alguma coisa, mas... de repente a gente alembra. É igual aquele dia que ‘ocê saiu eu fui alembra, alembra direitinho.

Eu esqueci de te contar que... Mode nós chegou lá na Aruega, que nós andou uma distançona à pé e carregando os sacos na cacunda. Esqueci! O pior peso eu larguei pra tras... Aí eu falei: — Eu tenho que começar é por aqui! Começar aonde que a gente andou a noite toda de carro. Mas quando foi pra chegar na terra mesmo, não teve estrada não. Fechou, sabe? Não tinha estrada, aí os homens tirou as foices do caminhão e foi roçando, roçando, mas não dava pros carros... os caminhão era grande, não conseguiu chegar. Aí, eles desapiou e colocou aquele mundo velho de coisas no meio da estrada e a gente foi conduzindo aquilo na cacunda, até aonde que... Esses menino aqui era pequeno, essa aí tinha dez anos na época. A mais velha tinha doze, e tava carregando um menino de dois anos e eu com a pequeninha. E o pai deles carregando a bagagem. E aquilo eu não podia carregar que eu tava com neném novo e de resguardo. Eu ficava com ela na estrada e eles

¹ Mestre em Psicologia Social pela UFMG, Professora de Psicologia da PUC-Minas campus Arcos.

carregando as coisas. Até que conseguiu chegar lá. Quando chegou... Qual'é água para beber que tinha? A gente tava com sede, não sabia aonde panhar água. Tinha um tabual assim, a gente ia, furava aquele reguinho assim com a mão e apanhando as xicrinhas de água. E a água era pura ferrugem, a gente pegava aquilo e apanhava na vasilha, colocava pra assentar, quando aquilo assentava, a gente ia tirando e beirando, no tempo de enferrujar o estômago da gente, mas era obrigado a tomar porque não tinha outra.

Quando foi de tarde, a gente conseguiu fazer uma trempinha e fazer pelo menos um cafezinho para dar as crianças pra tomar. A farofa que tinha levado já tinha acabado, muita gente. E a estrada muito, muito longa... Então, a gente precisou gastar ela o correr do dia e não teve tempo de fazer almoço. Aí que fez o café e de noite fez a janta. No outro dia, a gente amanheceu e foi caçar aonde que achava um gole d'água. Subiu uma grota acima e tinha uma biquinha, que lá tinha uma moradora na gleba. Mostrou uma biquinha da grossura de um dedo de água. A gente fazia fila pra apanhar água. A fila? Tinha dia que 'cê ficava na fila e não conseguia pegar água não, voltava pra traz e mudando a vasilha de lugar, até chegar pra conseguir um pote d'água era quase o dia. Aí vinha embora, chegava, fazia comida e voltava pra lavar roupa, na fila de novo. A gente ficava na fila até conseguir a água pra esfregar a roupa. Quando a gente esfregava, tinha que ir pra fila de novo pra enxaguar. Foi indo assim, até que a gente foi roçando aqueles rios e limpando, aí foi descobrindo mais lugar pras lavadeira lavar. A gente teve o trabalho de sair roçando e caçando rio. Com o passar do tempo foi se organizando. A gente já conseguiu, não lavava direito não, que a água encardia as roupas, mas era melhor que o dia que a gente chegou. Depois que conseguiu as donas de casa ter ao menos onde apanhar essa água pra beber e lavar a roupa e cozinhar, pra cuidar, como diz, da higiene primeiro, aí foram roçar os matos pra plantar o feijão. Isso em Aruega.

Começou a roçar na esperança que logo policial ia chegar pra despejar a gente. Eles foi lá e fez um bando de ameaça, mas não tirou a gente não. Entrou em negociação e eles foi deixando a gente lá. Cada dia que passava a gente ganhava mais um pouquinho de força, de acordo a gente ia roçando e plantando as coisas, a gente olhava: — Eu não vou sair e deixar esse pé de planta aqui, eu não posso deixar a planta. De acordo a gente ia trabalhando a gente não tinha mesmo vontade de voltar pra onde a gente não tinha o direito de plantar. Quando é um belo dia, já tava com feijão maduro, no ponto de comer, caiu um

despejo lá, aí nós comentava: — Nós não vamos sair da terra porque é aonde que tira o pão de cada dia. Não, nós não vamos ficar com essas crianças aonde nós vivia, nas garras do patrão e passando dificuldade, passando fome, trabalhando, ganhando aquele salarinho que não dava pra nada. Agora, depois que a gente lutou e tá conseguindo a terra, a gente sair? Não, nós não vamos sair não! Aí ajuntava as mulher, nós mulher e os homens, sempre que tinha uma repercussão lá, que tava esquentando, sempre as mulher tinha que estar na frente pra impedir. Como diz, as mulher e as crianças ia pra frente pra impedir mais, pra ver se os policial não atacava muito a gente. E assim nós ficou cinco anos, desse jeito. Plantando o feijão, o milho, agora o arroz não dava porque, plantava aqueles corguinho, mas era pequeno.”

(Dona Maria)

Ao iniciar o presente artigo com um trecho da narrativa de Dona Maria, pretendemos despertar no leitor a experiência que tivemos ao utilizar uma metodologia participativa de resgate de histórias de vida com Trabalhadoras Rurais Sem Terra, e, além disso, explicitar algumas considerações à respeito desta primeira entrevista gravada com Dona Maria, que em conjunto com Dona Antônia, tornaram-se nossas mais importantes entrevistadas, pela disposição de relatar toda trajetória de suas experiências na luta pela terra².

² Por intermédio da cooperativa Copernova (Cooperativa dos assentados coletivizados) marcamos uma primeira visita ao Assentamento 1º de Junho, a fim de propor a pesquisa. Optamos pela viagem de trem. Já na estação conhecemos moradores do assentamento, caminhamos juntos para a agrovila. Essa foi uma característica que permaneceu durante toda a pesquisa: estabelecer uma teia de relacionamentos com os Sem Terra a partir de encontros cotidianos, pela estrada que vai da estação até o assentamento, nas caminhadas no interior da agrovila e/ou, no próprio trem. A escolha dos entrevistados se deu na mesma dinâmica desses encontros cotidianos, através da indicação dos próprios moradores. Dona Antônia foi indicada e apresentada pela filha, que conhecemos durante o trajeto da estação de trem ao assentamento. Dona Maria, a outra entrevistada, foi indicada pela comunidade. Ambas são da base do Movimento, são militantes, mas até o momento não ocuparam cargos na organização. Foram indicadas por serem conhecidas como mulheres lutadoras que gostam de contar sobre sua própria trajetória. Visitei-as separadamente e propus a participação delas na pesquisa. Expliquei-lhes meu interesse em conhecer suas histórias na luta pela terra. Combinamos que as visitaria quinzenalmente em suas casas. Os encontros aconteceram entre os meses de janeiro e junho de 2002. Posteriormente, retornei ao assentamento, em maio de 2003 para entregar o resultado das histórias de vida às entrevistadas. Desta forma, realizamos uma pesquisa participativa na vida cotidiana no assentamento rural 1º de Junho, realizamos visitas nos acampamentos Resistência (localizado em Jequitibá, próximo à Sete Lagoas), 6 de Julho e Terra Prometida (localizados nas proximidades de Tumiritinga, Rio Doce), e em diferentes manifestações do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, como Encontros, Marchas e acampamentos urbanos. Realizamos, também, pesquisas documentais sobre a história do MST em Minas Gerais, através dos arquivos do Centro de Documentação Eloy Ferreira (CEDEFES), em Contagem, e dos

Optamos por não gravar a primeira entrevista para fortalecer os laços de cumplicidade e comprometimento com a experiência de vida de nossas entrevistadas. Desta maneira, na segunda entrevista, exposta acima, que foi registrada com gravação cassete, Dona Maria inicia o relato dizendo que no primeiro depoimento esqueceu-se de contar uma das mais significativas passagens de sua vida: “*Esqueci! O pior peso eu larguei pra tras...*”. Justamente o relato da primeira ocupação de terras organizada pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra em Minas Gerais (MST) em Minas Gerais: a ocupação da fazenda Aruêga. “*Aí eu falei: — Eu tenho que começar é por aqui!*”³. Para nós, pesquisadores de história de vida, este acontecimento revela mais do que sua aparência de um esquecimento e uma retomada na memória, revela o comprometimento de Dona Maria em re-elaborar sua história e contá-la para nós. Este é o primeiro passo que aponta uma longa trajetória da pesquisa, como, de fato, se realizou.

A história de vida parte de uma interação própria: a do pesquisador-pesquisado. A pesquisa é uma forma de “co-construção”. Os dados coletados são específicos daquela situação. A maneira como o pesquisador se coloca frente ao sujeito é de máxima preocupação para esse tipo de abordagem. Esse posicionamento traz conseqüências determinadoras sobre a qualidade dos dados coletados.

O narrador tece uma rede dialética de significações ao confrontar fatos e experiências, singulares e gerais. Ele se pensa no mundo. Ao mesmo tempo, se coloca no mundo de uma nova forma, revê suas posições, seus aprendizados e suas ações, traz à tona o grupo do qual faz parte: a linguagem e a memória; a classe social em que está inserido; seus sentimentos e paixões; a ideologia que perpassa a manutenção do *status quo*. O pesquisador não está imune a este processo, pelo contrário, a neutralidade não existe nesse

arquivos da Secretaria do MST em Governador Valadares, que conta com os registros mais antigos do Movimento no Estado.

³ Os trabalhadores rurais assentados em 1º de Junho, no município de Tumiritinga, localizado a beiras do Rio Doce, no leste mineiro, trazem consigo uma história de luta que remonta à primeira ocupação de terras organizada pelo MST em Minas Gerais, no nordeste de Minas, na fazenda Aruega, em 1988. Quando conquistaram a desapropriação da terra, muitas famílias ficaram como excedentes. Pelos cálculos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) Aruega comportaria apenas 25 famílias das 400 que participaram da ocupação. Parte das famílias excedentes ocuparam novas terras e foram despejadas, outra parte foi encaminhada para participar do projeto (de assentamento) Craúno, parceria do INCRA com a Rural Minas, entidade oligárquica ruralista. Os trabalhadores não ficaram satisfeitos com a terra e o projeto não efetivou-se, desta forma, permaneceram acampados cerca de dois anos na beira da BR 116 e, finalmente em 1º de junho de 1993 ocuparam a fazenda Limeira-California que originou o nome do assentamento rural.

tipo de pesquisa. O pesquisador é sujeito assim como o entrevistado, “sofre” com ele todas as indagações e mudanças.

A metodologia de história de vida tem como objetivo, portanto, chegar ao sentido próprio que o sujeito atribui à sua existência quando tece sua história. Pretende captar o movimento desse refazer histórico, como se romanceiam e são significados os acontecimentos; como cada aspecto ou fato da vida ocupa um lugar dentro do “drama” narrado e como as pessoas, os lugares e os fatos são sobrepostos e transformados em uma realidade de significações cíclicas e holísticas.

Nesse sentido, é importante recuperar o pensamento de G. POLITZER, autor que considera o estudo dos fatos psíquicos na primeira pessoa, isto é, considera o eu do sujeito que possui uma vida e uma história. Ele rompe com as exigências da Psicologia clássica, ou seja, a necessidade de internalização dos fenômenos psicológicos, com a criação de uma nova realidade para os fatos psíquicos. Portanto, a noção que ele recupera do “*drama humano*”, o drama literário, advém da crítica de que a verdadeira psicologia se refugiou nesses campos. O conceito de drama humano seria então o conjunto de fatos vividos por sujeitos em determinado contexto histórico. No campo da Psicologia, o drama pode ser compreendido a partir da singularidade de um conteúdo fornecido pelo sujeito da experiência. Os fatos extraídos da narrativa são considerados da mesma natureza do “eu”, pois constituem, em última instância, encarnações da forma do “eu”. Para o autor: “o ato do indivíduo concreto é a *vida*, a vida singular do indivíduo singular, ou seja, *a vida no sentido dramático da palavra*”... “O indivíduo é singular porque a sua vida é singular, e essa vida, por sua vez, só é singular devido ao seu conteúdo: a singularidade não é portanto *qualitativa*, mas *dramática*”... “Os fatos psicológicos deverão ser os *segmentos* da vida do indivíduo particular” (POLITZER, 1973, p. 72, 73).

Segundo esse ponto de vista a Psicologia é considerada em relação à realidade histórica na qual o sujeito está inserido. É sobretudo neste ponto que podemos afirmar, de acordo com FERRAROTTI (1990) que toda prática individual humana é uma atividade sintética, uma totalização ativa de todo o contexto social” (p. 50).

Desse modo, podemos realizar nossa compreensão de maneira a movimentar os próprios dados. Realizar um “ir e vir” cujos movimentos vão do sistema social à biografia e vice e versa. Esse movimento constitui uma transformação incessante que acompanha a

própria natureza humana. O relato biográfico nos dá, conseqüentemente: a) “uma imagem totalizante de um sistema social”; b) “uma totalização em curso como síntese ativa da imagem totalizante e da interação presente lá onde ela se situa” (Ibidem, p. 54).

Neste sentido, este primeiro trecho da narrativa de Dona Maria, que é apenas o início de um relato que resultou em setenta páginas transcritas, começa a apontar categorias iniciais de análise que ela posteriormente apresentou com detalhe de significados ao longo das narrativas, como por exemplo, o significado da ocupação de terras; a experiência da classe trabalhadora neste percurso; a luta pela sobrevivência; a relação familiar; o embate com a polícia; a divisão do trabalho e a organização do cotidiano. Além destas, outras questões fundamentais submergiram no período das entrevistas, e foram estas questões apresentadas pelos próprios sujeitos da experiência que nos possibilitaram compreender o universo significativo dos Sem Terra.

Desta forma, podemos dizer que esta metodologia permite ainda a passagem para a história coletiva. “Cada vida humana se revela como síntese de uma história social. Através de sua prática, o sujeito singulariza em seus atos a universalidade de uma estrutura social” (BARROS, 2001, p.2). Entendemos assim, uma interação. A história de um sujeito não dá conta da realidade do grupo, nem da história em que vive. É, ao contrário, uma reconstrução própria, dada na relação de pesquisa. Essa reconstrução desperta a curiosidade do pesquisador, ele procura dados em outras fontes, compara, confronta e aprofunda o saber sobre aquela realidade.

Memória e vivência das Trabalhadoras Sem Terra

Durante a trajetória das entrevistas de história de vida, Dona Maria relatou como o processo de luta pela terra e sua incorporação ao MST e às oportunidades de formação pelas quais passou tiveram papel preponderante em sua transformação de valores e postura diante o mundo. Se antes a condição humilhante de trabalhadora agregada⁴ estendia-se a

⁴ Agregado: lavrador, morador de fazenda que cultiva a terra de outro sem relação de emprego. A morada e o cultivo nessas terras pode significar que o agregado tenha que trabalhar parte de seu tempo para o fazendeiro. Em alguns casos deve produzir a meia com ele, isto é, metade do que produzir pertence ao fazendeiro. As ricas regiões dos Vales do Rio Doce, do Jequitinhonha e do Mucuri foram marcadas por inúmeros conflitos de terras. Logo após o declínio da produção de ouro, no início do séc. XIX, os colonos tiveram que começar a ocupar a mata. Segundo nos conta RIBEIRO (s/d), em seu livro *Lembranças da Terra: Histórias do Mucuri e*

outros aspectos de sua vida, como a vergonha de sua alimentação e modo de preparo, de sua vestimenta própria e causava-lhe impedimentos como o ir e vir a lugares em que sua condição parecia provocar empecilho. A partir da luta ela começou a se revalorizar. Quando enfrenta e confronta sua posição de classe social, passa a transformar sua postura diante do mundo.

Percebemos a força do relato sobre a vida infantil presente principalmente na história de vida de Dona Maria. Este período marca a determinação imposta em relação à sua vida adulta: o casamento, o cuidado do lar e dos filhos e o trabalho rural. Dona Maria faz questão de diferenciar as obrigações do trabalho doméstico impostas à filha mais velha, tradicionalmente responsável em ajudar a mãe, e aquelas tarefas leves que restavam para as suas irmãs mais novas. Ela nos relata a rotina diária do trabalho, todo o processo de sua execução em pormenores e na primeira pessoa: “Primeiro, eu ajudava em casa, eu socava milho, cuidava das minhas irmãs, lavava roupa, limpava arroz no pilão, e tudo era... o café era da cana, o arroz era panhado os cachos lá do mato e torrado na panela e depois vinha despejava aquilo e ia pro pilão e limpava”. O trabalho rotineiro é várias vezes repetido em sua narração. Com a mesma monotonia e pressa, ela relata o trabalho doméstico que executa desde a infância, até os dias de hoje, quando ainda acorda de madrugada para dar conta de todos os afazeres.

Nos relatos de Dona Antônia essas determinações aparecem de maneira diferenciada. Não se remete ao cuidado de irmãos, nem ao trabalho doméstico com a mesma intensidade. Em suas lembranças, ela se recorda de que ajudava no trabalho doméstico, mas não como única responsável. Mesmo considerando que naquela época as crianças não eram incentivadas a estudar e começavam a trabalhar cedo, ela recorda-se com mais presença sobre o trabalho executado pelo pai. É ela quem escolhe o momento de casar, adia a escolha do parceiro e prolonga a vida no núcleo familiar primário, pelo prazer e pelas facilidade da vida de caçula, a “derradeira” filha. Já outras determinações aparecem em sua vida, como a luta pela reforma agrária, já falada por seu pai, que “premeditava” sua

Jequitinhonha, os colonos possuíam “somente machado, isqueiro, coragem e necessidade. Eram, em geral, jovens, filhos que sobravam numa terra familiar repartida e esgotada que empurravam a juventude para a floresta, para a abundância e aventura” (p.19). De acordo com ele, esse foi um povoamento errante, cada área era derrubada plantada e esgotada, e depois abandonada. Os posseiros eram obrigados a saírem atrás de uma nova terra fértil. Já no início do séc. XX, não era mais possível encontrar novas posses em matas, a agregação nas fazendas era uma nova realidade para os trabalhadores.

chegada na arena de luta das gerações futuras. Podemos considerar que Dona Antônia faz questão de afirmar que ela decidiu partir para a luta e convenceu o marido a entrar nesse caminho.

Dona Maria traz em suas lembranças a vida familiar como prioridade, a numerosa quantidade de filhos (um total de quatorze) faz com que sempre tenha que dar atenção especial aos cuidados de mãe. Isso explica porque eles estão presentes em sua memória desde o momento de chegada à terra, como está explicitado no relato acima. A preocupação em alimentar os filhos é presente no relato de Dona Maria, que também relata com mais precisão, o trabalho das mulheres, porque participava e executava. Ela nos apresenta os detalhes da fila para conseguir água, do preparo do café, do almoço. Nesses trechos percebemos que havia uma divisão sexual do trabalho nos acampamentos Sem Terra.

Embora Dona Maria e Dona Antônia tenham participado de uma mesma luta, retratam-na de maneiras diferenciadas. No conjunto, a essência é a mesma, mas no traço, as feições são diferentes. Cada etapa da luta coletiva é relembrada com ênfase em aspectos específicos. Cada entrevistada relata a vivência social de uma maneira própria que reflete como, os mesmos acontecimentos, repercutem de maneira diferenciada em cada sujeito.

Essa análise vai ao encontro de uma observação de BOSI: “Por muito que deva à memória coletiva é o indivíduo que recorda. Ele é o memorizador e das camadas do passado a que tem acesso pode reter objetos que são, para ele, e só para ele, significativos dentro de um tesouro comum” (1987, p. 333). Portanto, embora tenham convivido e ainda convivam uma mesma luta; tragam à elaboração momentos e acontecimentos compartilhados pelo grupo; tenham experimentado lugares e condições semelhantes em uma mesma época, cada qual ressignifica a experiência de luta sob o seu ponto de vista, mesmo que trazendo sempre à narrativa seu grupo de referência.

Entendemos que há uma constante interação entre as vivências dessas trabalhadoras, suas experiências anteriores e aquilo que lhes foi proporcionado pelo Movimento Social. Existe uma práxis entre os saberes adquiridos em suas vivências anteriores e posteriores à ocupação de terras. Dona Antônia, por exemplo, destaca com mais firmeza a construção teórica do MST: “— Porque quem tem terra e trabalha nela sai da miséria!” Ela utiliza as palavras de ordem do MST de uma forma incorporada à sua vivência, não como pura

ideologia, pois esses conceitos foram integrados à sua narrativa como se fosse sua própria criação, ou melhor criação da classe a qual pertence, portanto sua também. “Ocupação dá certo!” Essa é uma constatação prática de sua vida. Por outro lado, notamos que essa identificação com o Movimento e sua preocupação em não desestimular novas ocupações repercutiam nas entrevistas. Em alguns momentos, ela solicitava que desligássemos o gravador para avaliar melhor suas falas, em outros, tentava mascarar a dureza da experiência de ocupar terras. Esse tipo de atitude não pareceu fazer parte das estratégias de Dona Maria. Ela parecia mais a vontade e falava mais espontaneamente.

Ambas as entrevistadas relataram a organização dos Sem Terra em diferentes lugares da luta, ao chegar à terra a primeira preocupação é organizar o acampamento. A primeira providência é o trabalho para assegurar a sobrevivência: conseguir água para beber, lavar roupa, cozinhar e cuidar da higiene. Com essa primeira conquista, furando poços ou caçando bicas, os trabalhadores podem começar a roçar os matos para plantar. Feijão é a primeira semente lançada à terra, depois vem o milho, quiabo e o arroz, quando a terra permite. Abóbora, hortaliças, maxixe, banana, também fazem parte do cardápio. Começam criando pequenos animais como galinhas e patos. Porcos e gado somente são criados quando há mais estabilidade, no caso dos assentamentos. Nesse recomeçar, as doações são muito bem vindas. Elas significam o primeiro alimento, já que as plantações não nascem de um dia para o outro. Na época de Aruega, o apoio à luta estava nacionalmente fortalecido. Chegavam doações de diversas entidades sociais, a ponto de ser uma estratégia da polícia não deixar os caminhões de doações entrarem no acampamento. Era uma tentativa de desmobilizar a luta. Quando foram para o projeto Craúno, a própria polícia, que antes não permitia a entrada de doações, agora com interesse em mantê-los nessa terra, oferece doações, como nos conta Dona Maria: “— o policial vinha, deu colchão, deu leite, deu cobertura e chamava as mulher. Mas essas doações não eram bem vindas, as famílias queriam sair daquela terra ‘que não era terra de trabalhador’”, onde não havia condições para o plantio. Nossas entrevistadas pensavam no futuro, e sabiam que as doações não garantem o futuro, são apenas medidas para se manter em um primeiro momento da luta. Dona Maria se expressava, da seguinte forma: “— E o futuro de amanhã, tá aonde? Vai dando nós comida, nós vai comendo, e o nosso futuro, tá aonde?”. Na época em que estiveram na beira da estrada, as doações diminuíram, as famílias passavam

necessidades, principalmente as mais numerosas. Dona Maria, nessa época, estava com o marido doente, ela de resguardo e com neném novo e as filhas não poderiam trabalhar em empreitadas distantes, como alguns homens faziam. Foi uma época de abandono: havia dificuldade de trabalhar e as doações escassas resultavam em fome para a comunidade.

Em geral, entre as Trabalhadoras Sem Terra, percebemos uma experiência de maternidade muito sofrida. Esse sofrimento está relacionado às precárias condições em que vivem. Sem estrutura para criar os filhos, o trabalho excessivo faz com que a gestação se transforme em um momento delicado. Às vezes, as complicações atingem o parto, em outras vezes os filhos morrem depois do nascimento.

Memória, Trabalho e Consciência de classe

Para BOSI (1987) memória política significa a posição do sujeito ao julgar a história, marcando bem o lado que estava na altura dos acontecimentos, “e reafirmando sua posição ou matizando-a” (p. 371). Isso significa uma leitura do passado com os olhos do presente, tornando mais visível o teor ideológico dos julgamentos.

A memória política implica a crítica e a auto-crítica em relação à tomada de decisões e ações. Ela guarda uma interligação direta com a classe social a qual o sujeito pertence e sua consciência em relação à ela e ao mundo histórico. Nesse sentido, a memória política e a memória do trabalho não podem ser entendidas separadamente.

A memória do trabalho acompanha toda a trajetória das classes trabalhadoras, a vivência é marcada por longos períodos de esforço físico, rotina e exploração. Esses períodos são descritos e analisados como eixo central da rememoração, reafirmando a ontologia do trabalho (LUKÁCS, 1979). A memória do trabalho confunde-se à memória do cotidiano. Trabalhar de madrugada até altas horas da noite transforma-se em um relato comum entre os Sem Terra. É também comum o detalhamento das tarefas, relatar as seqüências de todas as “obrigações” que iniciaram na infância e perduram até o presente, como continuidade de um cotidiano.

A ocupação de terra como momento de ruptura traz novos significados e altera o teor dos conteúdos. Construíram uma nova trajetória prática, passaram a trabalhar não para o patrão, mas para si e para sua prole. O prazer do trabalho é resgatado nessa relação, em

que o produto volta a pertencer ao trabalhador. Isso é demonstrado pela fala de Dona Maria: “Cada dia que passava a gente ganhava mais um pouquinho de força, de acordo a gente ia roçando e plantando as coisas, a gente olhava: — Eu não vou sair e deixar esse pé de planta aqui, eu não posso deixar a planta. De acordo a gente ia trabalhando a gente não tinha mesmo vontade de voltar pra onde a gente não tinha o direito de plantar.”

Podemos dizer, nesse sentido, que o núcleo da memória é a atividade. E segundo BOSI (1987) memória é trabalho. O trabalho de rememoração significa um momento de narrar, analisar, refletir e reconstruir aquilo que foi vivido na prática. A memória é um trabalho intelectual sobre os momentos e as atividades práticas da vida.

Quando falamos de memória do trabalho logo nos remetemos aos instrumentos de uso contínuo que foram utilizados pelos trabalhadores: a cutela para colher arroz, a enxada atirada na “carcunda” para conter os policiais. Por outro lado, podemos nos remeter à organização do trabalho praticada pelos grupos coletivos, pelos cooperados. Também nos voltamos aos cenários do trabalho, às fazendas, aos acampamentos, aos assentamentos, às marchas, às assembléias. Estes últimos também como lugares do trabalho e do fazer político, como define Dona Antônia: “Porque também, se ‘ocê chegar e ocupar a terra e aquietar em cima dela, então num... a gente não conquista desse jeito. A gente conquista é trabalhando. A conquista da terra vem da gente trabalhando em cima dela. Em cima dela, como que eu falo? Necessidade que nós já falou: nas caravanas, nas reunião, nas assembléia.”

Ao falarem sobre o trabalho executado, os Sem Terra também apontam para a dimensão de sua posição enquanto classe social. Essa condição de classe está marcada por padrões de vestuário, de moradia, de acesso à educação, de poder aquisitivo e principalmente pelo ocupação no trabalho. O eixo da condição de classe é a luta pela terra, a possibilidade de trabalhar de forma mais livre da exploração. Os trabalhadores nos apresentam co-fundidas as memórias política e do trabalho, compreendidas como inseparáveis.

Neste sentido, podemos dizer que as trabalhadoras compreendem as ações políticas como trabalho. Compreendem o papel fundamental das reivindicações para a garantia do trabalho em suas diversas instâncias. Para elas, política é trabalho. É a partir destas

constatações que podemos apontar para uma relação entre memória coletiva e a constituição de determinada classe social.

A compreensão de historicidade nas narrativas dessas trabalhadoras aponta para uma perspectiva de história de uma determinada classe social em construção. É assim que incorporam a noção de História no sentido marxista, como história das lutas de classe. Nesse sentido, muitas frases e palavra de ordem do MST são incorporadas às narrativas como se fossem construções próprias do sujeito, nas palavras de Dona Antônia: *Porque a Aruega é a história de Minas. O assentamento da Aruega é a história de Minas. O que nos remete às constatações de BOSI (1987), em suas palavras:*

“É preciso reconhecer que muitas de nossas lembranças, ou mesmo de nossas idéias, não são originais: foram inspiradas nas conversas com os outros. Com o correr do tempo, elas passam a ter uma história dentro da gente, acompanham nossa vida e são enriquecidas por experiências e embates. Parecem tão nossas que ficaríamos surpresos se nos dissessem o seu ponto exato da entrada em nossa vida” (p. 331).

Nesse sentido, podemos nos remeter às lembranças da ocupação de Aruega, descritas por Dona Antônia, que mesmo sem estar presente, descreve-nos com toda a força de detalhes uma experiência que lhe foi transmitida pelo seu grupo de referência. Utiliza o nós como evidência de que se compreende como parte da história daquele grupo, daquela classe. O seguinte trecho evidencia o que queremos dizer: “Quando nós chegou na Aruega de pouco, nós tava, quer dizer nós tava arrumando pra ir pra lá, a gente fez várias reunião lá na base. Então meu marido foi e eu fiquei pra traz. Ele ficou cinco meses lá e eu na base, no corte de fazendeiro, trabalhando.”

Nossa análise aponta para a constatação de outros momentos em que a fusão da memória em relação aos acontecimentos da classe social afeta a vivência do sujeito e deixa marcas na sua história, ou seja, momentos em que lembra de acontecimentos dos quais estava distante fisicamente, mas que afetaram sua classe como uma totalidade. É o que acontece quando Dona Antônia incorpora o massacre de Eldorado dos Carajás à sua vivência e ainda funde na memória esse acontecimento com o cerco policial contra a marcha dos Sem Terra em Belo Horizonte, ocorrido na mesma época. Mesmo com a proximidade temporal das ações o sentimento relatado não se dá em relação à essa

temporalidade e sim em outro sentido mais profundo de uma enorme empatia com aqueles que estão juntos na luta. O Outro como Eu mesmo.

No Eldorado de Carajás teve muito massacre mesmo, teve dezessete mortos, dezenove, que tá lá a viúva sofrendo até hoje, por causa de marido e filho que foi morto lá. Inclusive isso foi numa caminhada que teve que eles em vinham pra São Paulo e nós ia pra Belo Horizonte. No dia que teve o quebra pau em Belo Horizonte teve em Eldorado. Mas nós não ia encontrar não, sabe. Era duas marchas, uma marcha pra Belo Horizonte e outra marcha não sei se era pra Brasília ou pra São Paulo.

Ainda podemos dizer que as imagens lembradas sobre os “barracamentos”, sobre as marchas e a infinidade de pessoas nas lutas, contribuem para fortalecer a consciência de classe, não como relatos teóricos abstratos, mas como parte integrante da vida dos Sem Terra. Preciosos foram os relatos de Dona Maria, Dona Antônia e outros trabalhadores com quem conversamos sobre a chegada à terra, o confronto com policiais, o encontro com o mundo urbano.

Remetendo-nos aos pensamentos de BOSI (1987) em sua afirmação de que a sucessão de etapas na memória é toda dividida em marcos, podemos dizer que em nosso estudo o momento de ocupação de terra marcou uma linha divisória nas águas da memória, é o principal momento de ruptura da cotidianidade, o que traz elaborações significativas entre os entrevistados, sobretudo no que se refere à formação da consciência de classe. No mesmo sentido, considerando que os acontecimentos dividem nossa história em períodos, podemos dizer que a trajetória dos Trabalhadores Rurais Sem Terra é distinguida em duas etapas principais: a vida antes e depois da ocupação de terra.

Neste sentido, concordamos com o ponto de vista de CALDART (2000), ao compreender que para o MST a ocupação de terra marca um momento especial de formação para contestação social ou de rebeldia organizada, quando os trabalhadores rompem com o medo e o conformismo. A consciência de classe tem um salto de desenvolvimento a partir dessa forma de enfrentamento. Na ocupação, todos os trabalhadores participantes se colocam na mesma posição, naquela ação todos correm o mesmo risco: de repressão, de assassinato, de tortura, de privação. No MST, a ocupação marca o início, a organização para a luta pela terra. Segundo a autora, a ocupação é a essência e a gênese do MST, constitui-se a principal forma de luta e expansão do Movimento. Caracteriza-se como uma reação dos trabalhadores contra a sua condição

social e, ao mesmo tempo, representa a saída do anonimato, a inserção na história. Ainda segundo ela, a ocupação é a experiência sociocultural mais rica na formação dos Sem Terra. Ela define uma nova posição no mundo.

É por esse momento singular, portanto, que nossas entrevistadas decidem começar sua narrativa. A afirmativa de Dona Maria: “— Eu tenho que começar é por aqui!” Começar pela chegada na terra, demonstra a importância desse momento na trajetória de sua luta.

Esse é o momento que marca o início da constituição desses trabalhadores enquanto classe social consciente. Se a experiência anterior da vida de agregados e posseiros é importante como um processo de reconhecimento de classe, esse reconhecimento só se torna possível de fato na passagem para a luta concreta. A experiência anterior poderá ser compreendida de um ponto de vista crítico somente na medida em que esses trabalhadores se engajam na luta.

A partir da ocupação, inicia-se uma trajetória de vivência de grupo, acontece a divisão de tarefas, as ações coletivas, o enfrentamento à classe antagônica. A partir do confronto de idéias, ações e testemunhos, vão sendo elaboradas novas significações sobre sua posição no mundo, sobre sua posição de classe. Sua consciência de classe é fortalecida à medida em que o engajamento na luta se fortalece. O confronto com diversos personagens começa a acontecer logo nos primeiros dias de ocupação. Eles contracenam com diferentes grupos e instituições: a polícia; o INCRA; a mídia; os fazendeiros e a sociedade em geral.

A ocupação da terra possibilita uma experiência singular de luta por uma nova condição de trabalho. Ao mesmo tempo, confronta a estrutura vertical fechada dos latifúndios em que viveram durante anos. A experiência do diálogo no interior de uma “nova classe”, uma classe emergente que se forma em luta, é permitida através de novas formas de trabalho. Dessa experiência existencial surge a resistência na terra que começa a ser confrontada com a repressão, com as ameaças de despejo, outra experiência antidialógica, autoritária e vertical, assim como P. FREIRE (1980) denominou.

A experiência de luta pela terra traz uma ruptura na estrutura. Ao mesmo tempo em que confronta a sociedade existente, cria novas formas de relacionamento, nova experiência cultural. Exatamente por isso, significado e sentido coincidem, ou seja, coincide aquilo que os trabalhadores praticam coletivamente com aquilo que, de fato, desejavam praticar. Por isso, o trabalhador percebe-se como integrante daquela luta, pois ela corresponde à

experiência que ele almeja participar. Quando percebe os frutos do trabalho, os resultados da luta, a colheita, a experiência de trabalho livre, sem subordinação patronal, o diálogo coletivo, cada trabalhador se posiciona, enfrenta e resiste às atrocidades praticadas pelas forças militares que incidem contra o Movimento.

Os acampamentos são sobretudo momentos especiais de formação dos Sem Terra enquanto classe e o trabalho tem aí um papel essencial. Eles percebem que os governantes são passíveis de responder às suas reivindicações. São passíveis de negociação. São “seres da mesma natureza”, com a diferença que são estudados e letrados e detêm o poder. Dona Maria esclarece esse entendimento sobre a realidade: “— E as pessoas, aquelas pessoas que tem dó denunciando, sendo que o poder tá todo nas mãos de uma pessoa igualmente a gente, ele só é mais do que a gente porque ele é estudado e domina o poder. Mas onde é que tá a consciência da pessoa?”.

Não queremos dizer, contudo, que a experiência dos Sem Terra é isenta de conflitos. Os conflitos começam ainda nos acampamentos. Nesses locais iniciam-se uma forma própria de organização para manter um ambiente de vivências compartilhadas sob duras pressões. Como é demonstrado através das atas de assembleias que foram registradas pelos acampados de 1º de Junho, os trabalhadores tinham estratégias coletivas para punir aqueles que desrespeitassem as regras do acampamento. Mas a necessidade de união contra todos àqueles contrários à luta pela terra, faz com que percebamos, nos relatos, uma intensificação da união entre os trabalhadores. Nos relatos não se dedicam a descrever os conflitos internos e entre as diferentes instâncias organizativas do Movimento, o que, no entanto, não deixou de ser uma percepção na nossa pesquisa de campo.

Nas reuniões que participamos no acampamento Resistência, percebemos conflitos entre a base e os coordenadores do MST, mas como esse não foi o tema de nossa pesquisa, redundaram em simples percepções, que não foram aprofundadas. Apenas queremos ressaltar que há espaços para que os conflitos entre os Sem Terra, sua base e liderança possam ser discutidos e até certo ponto podem ser solucionados.

A experiência do acampamento ainda traz reflexões sobre a diferença entre as classes. Evidencia-se o contraste entre as famílias que estão em suas camas, enquanto os Sem Terra dormem embaixo de caminhões, em barracos de lona. Vivenciam o fortalecimento do grupo para alcançar um objetivo em comum. Para fortalecer essa experiência, ressignificam

símbolos antigos como as ferramentas de trabalho. Revalorizam sua cultura através de músicas, cantigas de rodas e festas populares.

A experiência de atrair outras pessoas para ingressar na luta, o sentimento de solidariedade com os da mesma classe é possível e se concretizar a partir da ocupação. Os Sem Terra contribuem de várias formas com aqueles que necessitam, sejam aqueles que ingressam no Movimento, sejam os mendigos, os favelados e as populações em condições precárias de existência.

Segundo LEONTIEV (1978), a saída da condição exploratória não pode ser individual. Sendo a atividade do homem um movimento coletivo, as mudanças qualitativas de suas bases só podem se dar socialmente. O trabalho desde sempre exerce uma função de ação sobre os outros homens, a modificação de sua estrutura também será a partir desta ação.

Referências Bibliográficas

- BARROS, V. A. *De la représentation au pouvoir; une étude sur les trajectoires politiques des dirigeants syndicaux au Brésil*. Lille: Presses de Septentrion, 2000.
- BOSI, E. *Memória e sociedade; lembranças de velhos*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1987.
- CALDART, R. S. *Pedagogia do Movimento Sem Terra: Escola é mais do que escola na...* 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FERRATOTI, F. *Histoire et Histoires de vie: La méthode biographique dans les sciences sociales*. Paris: Méridiens Klincksieck, 1990.
- FREIRE, Paulo. *Extensão ou comunicação?* 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.
- LEONTIEV, A. *O desenvolvimento do psiquismo*. Lisboa: Horizonte Universitário, 1978.
- LUKÁCS, G. *Ontologia do ser social: os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.
- POLITZER, G. *Crítica dos Fundamentos da Psicologia I*. Porto: Presença, 1973.
- RIBEIRO, E. M. *Lembranças da Terra: Histórias do Mucuri e Jequitinhonha*. Belo Horizonte: CEDEFES, (s/d).